

**5 PROPOSTAS PARA**

# **RESPONDER AOS DESAFIOS GLOBAIS**

**1** **TRIPLICAR O  
CONTRIBUTO PARA O  
COMBATE ÀS  
DESIGUALDADES  
GLOBAIS**

**2** **CONTRIBUIR PARA O  
ESFORÇO GLOBAL DE  
COMBATE ÀS  
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

**3** **REFORÇAR A  
DEMOCRACIA E A  
PARTICIPAÇÃO DA  
SOCIEDADE CIVIL**

**4** **ASSEGURAR A  
COERÊNCIA DAS  
POLÍTICAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO**

**5** **PROMOVER A  
COMPREENSÃO PÚBLICA  
DOS DESAFIOS DO  
DESENVOLVIMENTO GLOBAL**

**LEGISLATIVAS 2024**  
#ResponderAosDesafiosGlobais

**ONGD**  
PLATAFORMA . PORTUGUESA

# COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A RESPOSTA AOS DESAFIOS GLOBAIS

Vivemos tempos desafiantes: as alterações climáticas, o aumento das desigualdades globais, a emergência de situações de crise sanitária, as violações sistemáticas de direitos humanos e a eclosão de conflitos militares perturbam a estabilidade global e têm implicações transversais a todos os países.

Difícilmente conseguiremos responder a estes desafios de forma isolada.

Acreditamos que a Cooperação para o Desenvolvimento é a resposta para soluções robustas, solidárias, coordenadas, e coerentes, que tenham em conta a necessidade imperiosa de não deixar ninguém para trás.

Acreditamos na importância de contribuir para a “erradicação da pobreza, o combate às desigualdades e a promoção de um desenvolvimento global sustentável” tal como consagrado na missão da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (ECP 2030), aprovada no final de 2022.

A Cooperação para o Desenvolvimento tem-se afirmado como um instrumento central da política externa dos países para responder aos desafios globais.

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento facilita a transferência de tecnologias que promovam a transição verde, o financiamento de projetos de energia renovável e a implementação de estratégias de adaptação às alterações climáticas.

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento, através do investimento na Ajuda Pública ao Desenvolvimento, contribui para quebrar ciclos de pobreza extrema, para melhorar as condições de acesso a bens públicos como a educação e a saúde, e assim reduzir os riscos associados a conflitos, migrações forçadas e ameaças à estabilidade global.

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento permite garantir o acesso a cuidados básicos de saúde, apoiar na preparação de respostas apropriadas às necessidades das populações na sequência de guerras, epidemias, catástrofes naturais e de outros desafios em saúde relacionados com as alterações climáticas.

Num cenário global marcado pela interdependência, investir na Cooperação para o Desenvolvimento, no desenvolvimento sustentável e na promoção da paz é investir num futuro melhor, mais seguro, próspero e equitativo para todas as pessoas.

Por acreditar no papel de Portugal na construção de um mundo mais justo e sustentável, estas eleições configuram-se como o momento de convocar todos os partidos políticos para que assumam compromissos concretos para valorizar a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento.

# 5 PROPOSTAS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS GLOBAIS

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento não é apenas valorizar a solidariedade. Num contexto global marcado pela interdependência, contribuir para o desenvolvimento sustentável é apostar num futuro melhor para todas as pessoas, para aquelas que nos são mais próximas e para cada um/a de nós. **Por isso, propomos:**

## 1) TRIPLICAR O CONTRIBUTO PARA O COMBATE ÀS DESIGUALDADES GLOBAIS

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é um instrumento central para financiar programas destinados às populações em situação de maior vulnerabilidade. Reveste-se de um instrumento com uma natureza marcadamente solidária com uma importância extrema no financiamento de sistemas de educação, saúde, e outros bens públicos em contextos que, de outra forma, dificilmente seriam apoiados.

Portugal comprometeu-se a dedicar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para a APD até 2030. Para assegurar que esta meta é alcançada, **será necessário quase triplicar (x2.8) o montante financeiro alocado atualmente à APD até ao final da legislatura** - dos 0,21% do RNB reportados em 2022 **até aos 0,58% do RNB em 2028**. Importa, por isso, **assegurar a “calendarização de aumento gradual” da APD**, prevista pela Estratégia de Cooperação Portuguesa 2030.

## 2) CONTRIBUIR PARA O ESFORÇO GLOBAL DE COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Acordo de Paris constituiu um passo decisivo para definir metas para o apoio aos países em desenvolvimento na adaptação e mitigação das alterações climáticas. No documento, os países desenvolvidos comprometeram-se a dedicar \$100 mil milhões (≈€92 mil milhões) para estas ações até 2030, com recursos “novos e adicionais” aos orçamentos da APD.

O financiamento climático dedicado por Portugal tem vindo a aumentar. Contudo, é necessário reforçar a transparência e os mecanismos de responsabilização com vista a um maior debate sobre as estratégias inovadoras que têm sido seguidas - p. ex. a conversão de dívida de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em financiamento para projetos destinados à transição energética. O início da legislatura deve coincidir com a discussão pública sobre a **criação de um plano que defina os objetivos e metas para o financiamento climático**, e preveja **mecanismos de acompanhamento e monitorização das ações implementadas**.

## 3) REFORÇAR A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A vitalidade da Democracia depende da existência de uma Sociedade Civil organizada, vibrante, vigilante e participativa. Em vésperas dos 50 anos do 25 de Abril, cabe à Democracia portuguesa estimular a participação cívica, consolidar a liberdade de associação e apoiar as Organizações da Sociedade Civil.

As Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesas têm contribuído de forma determinante para os sucessos da Cooperação Portuguesa para o

Desenvolvimento - implementando projetos e dinamizando o debate público sobre o Desenvolvimento Global Sustentável. É por isso necessário reforçar a participação da Sociedade Civil, aproveitando uma nova legislatura para, com base num diálogo aberto e participado, **desencadear um processo de construção de respostas aos desafios que se colocam à participação cívica** enquanto elemento central no envolvimento das pessoas e das suas preocupações em todas as fases das políticas públicas.

É igualmente importante **reforçar os mecanismos de diálogo com a Sociedade Civil** na definição das linhas estratégicas da política de Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento.

#### 4) ASSEGURAR A COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento global depende de múltiplos fatores. O contributo da Cooperação para o Desenvolvimento para a erradicação da pobreza e o combate às desigualdades é frequentemente prejudicado pela ausência de um alinhamento entre as diversas políticas setoriais em torno destes objetivos. Para responder aos desafios globais, é necessário assegurar a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) em áreas como a segurança, soberania alimentar, comércio e finanças, alterações climáticas, migrações e outras.

Valorizar a Cooperação para o Desenvolvimento implica adotar uma visão abrangente do desenvolvimento em todas as áreas setoriais em que Portugal mantém relações com os seus países parceiros da Cooperação. Para isso, é necessário que a próxima legislatura se afirme como marco decisivo no reforço da CPD, através da **implementação plena da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2010**, da **definição de um Plano Nacional para a CPD**, e da **constituição de grupo de trabalho interministerial** dedicado a assegurar a articulação governativa em matéria de CPD.

#### 5) PROMOVER A COMPREENSÃO PÚBLICA DOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Num mundo cada vez mais polarizado onde prolifera desinformação e se acumulam desafios complexos (clima, desigualdades, migrações), a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) tem um papel crucial na melhoria do acesso a informação credível com vista ao reforço da reflexão crítica, na mobilização, e na consciencialização da opinião pública. A EDCG é um instrumento imprescindível na construção de uma sociedade democrática, informada e esclarecida.

O caminho para um mundo justo e sustentável, com dignidade e justiça social, depende da valorização da EDCG, não só como meio de transformação transversal a toda a sociedade, mas também que conduza a uma participação cívica ativa, baseada na cooperação e na solidariedade. A próxima legislatura deve **assegurar a aprovação da próxima Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento**, consagrando nesta uma **visão transformadora**, um **modelo de governação participativo** e um **orçamento dedicado à sua execução**.